



## Ministério de Minas e Energia

### Consultoria Jurídica

#### PORTARIA Nº 14, DE 9 DE JANEIRO DE 2014.

**O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Resolução CNPE nº 8, de 8 de dezembro de 2009, e na Portaria MME nº 67, de 1º de março de 2010, e o que consta dos Processos ANP nº 48610.007416/2012-49 e MME nº 48000.002317/2013-31, resolve:

Art. 1º Autorizar a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, com endereço na Avenida República do Chile nº 65, Centro, Rio de Janeiro-RJ, e inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 33.000.167/0001-01, a realizar exportação de cargas ociosas de Gás Natural Liquefeito - GNL, no mercado de curto prazo, denominado *spot*, com as seguintes características:

I - volume total a ser exportado: até 4,8 milhões de m³ de GNL;

II - origem do GNL: o excedente de GNL a ser exportado pode ser composto por uma carga resultante de uma única importação ou por mistura de cargas importadas de diferentes fornecedores que celebraram contratos com a PETROBRAS;

III - transporte: por meio de navios metaneiros; e

IV - local de saída do Brasil: Terminal Marítimo da Baía de Guanabara, no Estado do Rio de Janeiro, Terminal Marítimo do Porto de Pecém, no Estado do Ceará, e Terminal de Regaseificação da Bahia, no Estado da Bahia, onde estão localizadas as unidades de regaseificação de GNL.

Art. 2º Os efeitos desta autorização ficam condicionados à garantia do pleno abastecimento do mercado interno de gás natural e à manutenção das condições à época de sua outorga, comprovadas pelo interessado, para o exercício da atividade de exportação de cargas ociosas de GNL, no mercado de curto prazo.

Parágrafo único. O Ministério de Minas e Energia poderá revogar esta autorização, entre outras hipóteses, nos seguintes casos:

I - sempre que houver riscos ao pleno abastecimento do mercado interno de gás natural;

II - extinção judicial ou extrajudicial da sociedade ou consórcio autorizado;

III - requerimento da sociedade ou consórcio autorizado; ou

IV - descumprimento da legislação aplicável.

Art. 3º A autorização para exportação de cargas ociosas de GNL não exime a autorizada do cumprimento integral de seus contratos de fornecimento de gás natural aos consumidores do mercado interno.

Art. 4º Para cada operação de exportação de carga ociosa de GNL, no mercado de curto prazo, a autorizada deverá remeter ao Ministério de Minas e Energia, com pelo menos sete dias de antecedência, relatório de atendimento do mercado, nos termos do Anexo a esta Portaria.

§ 1º A operação de exportação prevista somente poderá ocorrer no período entre o oitavo e o décimo quarto dia contados da data da protocolização do relatório de atendimento do mercado.

§ 2º Em caso de descumprimento desses requisitos, o Ministério de Minas e Energia poderá suspender a autorização outorgada.

§ 3º A autorizada será dispensada de enviar o relatório de atendimento do mercado, de que trata o **caput**, nos casos de exportação de volume residual para manutenção das condições operacionais de navio metaneiro, denominado *heel*, desde que o volume da carga não ultrapasse cinco mil metros cúbicos de GNL, devendo encaminhar ao Ministério de Minas e Energia, em até três dias após a realização dessa operação, as seguintes informações:

I - local de saída da carga de GNL; e

II - volume exportado, em metros cúbicos de GNL;

Art. 5º A autorizada deverá apresentar à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, até o dia trinta de cada mês, relatório detalhado sobre as operações de exportação realizadas no mês imediatamente anterior, nos termos do art. 7º da Portaria MME nº 67, de 1º de março de 2010.

Parágrafo único. Os relatórios atinentes à atividade de exportação de gás natural deverão conter:

I - volumes efetivamente exportados em m³ de GNL e equivalente em m³ de gás natural, por operação;

II - poder calorífico do GNL exportado (KJ/m³);

III - quantidade de energia (em milhões de BTU) equivalente ao volume de GNL exportado;

IV - país de destino;

V - data de exportação;

VI - meio de transporte utilizado para a exportação de gás natural liquefeito e sua identificação; e

VII - justificativa(s) para divergências entre a previsão informada no relatório de que trata o art. 4º e o volume de GNL efetivamente exportado em cada operação.

Art. 6º A autorizada deverá cumprir, em caráter permanente, os requisitos estabelecidos na legislação sobre comércio exterior.

Art. 7º O não atendimento ao disposto nesta Portaria sujeita o infrator às penalidades previstas na Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, ou em legislação superveniente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Art. 8º A referida autorização terá validade até 31 de junho de 2015.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

**EDISON LOBÃO**

Este texto não substitui o publicado no DOU de 10.1.2014.

**ANEXO**  
**RELATÓRIO DE ATENDIMENTO DO MERCADO**

Data de Início do Relatório:

Item	Descrição <sup>(1)</sup>	Previsão Semana Seguinte <sup>(3)</sup>	Previsão 2ª Semana <sup>(4)</sup>
1	DEMANDA TOTAL		
1.1	Demanda Termelétrica		
1.1.1	Nordeste (milhões de m³/d)		
1.1.2	Centro-Oeste/Sudeste/Sul (milhões de m³/d)		
1.2	Demanda Não Termelétrica		
1.2.1	Nordeste (milhões de m³/d)		
1.2.2	Centro-Oeste/Sudeste/Sul (milhões de m³/d)		
1.3	Demanda Refinarias e Fafens		
1.3.1	Nordeste (milhões de m³/d)		
1.3.2	Centro-Oeste/Sudeste/Sul (milhões de m³/d)		
2	OFERTA TOTAL		
2.1	Nacional		
2.1.1	Nordeste (milhões de m³/d)		
2.1.2	Centro-Oeste/Sudeste/Sul (milhões de m³/d)		
2.2	Importada		
2.2.1	Bolívia (milhões de m³/d)		
2.2.2	GNL Terminal Pecém (milhões de m³/d)		
2.2.3	GNL Terminal Baía de Guanabara (milhões de m³/d)		
2.2.4	GNL Terminal Bahia (milhões de m³/d)		
3	OFERTA POTENCIAL ADICIONAL		
3.1	Gás Não Associado (milhões de m³/d)		
3.2	Estoque de GNL Internalizado <sup>(2)</sup>		
3.2.1	Terminal Pecém (m³)		
3.2.2	Terminal Baía de Guanabara (m³)		
3.2.3	Terminal Bahia (m³)		
3.2.4	Adicional Internalizado (m³)		
4	BALANÇO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE GNL		
4.1	Previsão de Importação de GNL (m³)		
4.1.1	Terminal Pecém (m³)		
4.1.2	Terminal Baía de Guanabara (m³)		
4.1.3	Terminal Bahia (m³)		
4.1.4	Adicional Internalizado (m³)		
4.2	Previsão de Exportação de GNL (m³)		
5	Justificativas <sup>(5)</sup> :		
6	Observações <sup>(6)</sup> :		

(1) Valores em milhões de m³ se referem ao gás natural e em m³ ao GNL.

(2) Volumes ao final do período.

(3) Considerar a média dos sete primeiros dias, contados a partir da data de início do relatório.

(4) Considerar a média do período entre o oitavo e décimo quarto dia após o início do relatório.

(5) Apresentar a motivação para realizar a operação de exportação.

(6) Informar terminal de saída da carga de GNL, eventuais paradas programadas no período do relatório e outros comentários que a autoridade julgadora julgar relevantes.